

COLECÇÃO AUTORES GREGOS E LATINOS  
SÉRIE ENSAIOS

Nair Castro Soares  
Margarida Miranda  
Carlota Miranda Urbano  
(Coord.)

*HOMO ELOQVENS HOMO POLITICVS*

A RETÓRICA E A CONSTRUÇÃO DA  
CIDADE NA IDADE MÉDIA  
E NO RENASCIMENTO

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

A HISTÓRIA *OPVS ORATORIVM* E  
“ESPERTADOR DO ENTENDIMENTO”

Nair de Nazaré Castro Soares

A preocupação prioritária da história é estudar o homem, os seus desafios, contestações, convergências, resolver a dialéctica vertical específica de cada época, apesar dos elementos epistemológicos que se interpenetram e se dimensionam em variadíssimas interpretações<sup>1</sup>.

Reflectir sobre o papel e o significado da história no humanismo renascentista, período em que a *dignitas hominis* constitui um vector central do pensamento, é clarificar as raízes do próprio movimento humanista. Walter Ullmann atribui mesmo ao interesse pela história antiga, pela vida das grandes figuras, o desabrochar do humanismo<sup>2</sup>. Os feitos ilustres dos homens do passado, as suas instituições, o seu direito, os seus valores, a sua língua, na riqueza e pureza originais, vão ser objecto de reflexão nova.

O despertar da curiosidade histórica, que envolve não só a valorização da biografia das grandes personalidades do passado, mas o diálogo que o presente com elas estabelece, exprime-se tanto nas considerações tecidas nos prefácios a traduções de obras dos historiadores da Antiguidade, como em obras históricas originais. Manifesta-se nas reflexões sobre a utilidade da história, que abundam na epistolografia humanista e nos tratados

---

<sup>1</sup> Mattoso 1988.

<sup>2</sup> Ullmann 1977: 219.

de retórica da época; em obras que se debruçam, por inspiração de Aristóteles, sobre a natureza da história, na sua relação com a poesia, como é o caso do diálogo retórico, *Actius*, sobre a arte e o estilo em prosa e em verso, do humanista da corte aragonesa de Nápoles, Giovanni Pontano; em tratados que se pronunciam, à semelhança do opúsculo de Luciano de Samósata, *De conscribenda historia*, sobre a arte de escrever história.

Papel decisivo nesta abertura franca para um mundo novo – o mundo da história e da cultura clássica<sup>3</sup> – têm as traduções elaboradas a partir dos originais gregos e latinos, no *Quattrocento* italiano. Muitas delas, que se empreenderam sob a égide do Papa Nicolau V, o fundador da Biblioteca Vaticana, estão na base de muitas outras que se fizeram em língua vulgar.

Todo um conhecimento de prosadores, em que têm papel de relevo historiadores como Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Demóstenes, Políbio e autores de biografias e de tratados que sintetizam o pensamento filosófico da época helenística, como Diógenes Laércio e Plutarco, era comum entre os homens cultos do Renascimento, quer soubessem lê-los no original grego, ou apenas nas traduções latinas<sup>4</sup>.

A divulgação de obras de literatura latina, dos tratados morais e de retórica de Cícero, das tragédias e tratados de filosofia moral de Séneca, das histórias de

---

<sup>3</sup> Conhecida é a predileção de Petrarca pela história, que o levou a procurar zelosamente manuscritos de Tito Lívio e Plínio, sobretudo, vide Nollac 1965: vol. II, cap. VI “Pétrarque et les historiens romains”.

<sup>4</sup> Vide Kristeller 1979: 21-22; Burke 1992: 171-193.

César, Tito Lívio, Valério Máximo, Suetónio, Tácito, para falar apenas nos prosadores mais representativos, editados com frequência, no original e em vulgar, contribui também para que o latim se torne o veículo universal da cultura da época e esteja na base da grande familiaridade, mantida com as obras da Roma antiga.

Assim, uma das características fundamentais da literatura renascentista, que a diferencia da produção medieval, à parte a diferente riqueza formal da língua latina, é o aproveitamento que então se faz da literatura clássica, sobretudo da literatura grega.

Petrarca, no seu afã pela busca de originais das obras dos autores clássicos, encontra na catedral de Verona as Cartas de Cícero a seu amigo Ático. Estas revelam a verdadeira dimensão do Arpinate como homem público, empenhado na vida activa e seus valores, que vão ganhar peso e equacionar-se, a partir de então, com os da vida contemplativa, que dominaram a Idade Média. É assim que Petrarca, considerado o primeiro humanista, se torna a demonstração emblemática do encontro e convívio com os autores antigos, que se impôs no nascente humanismo italiano e europeu<sup>5</sup>.

As abordagens que Cícero faz à história, ao longo de vários dos seus tratados, que vão desde o seu valor e

---

<sup>5</sup> Petrarca endereçou cartas não só a Cícero como ainda a outros escritores da Antiguidade, como Homero, Tito Lívio, Horácio, Virgílio e Séneca. Vide Petrarca, Francesco (1964), *Opera di Francesco Petrarca*, a cura di E. Bigi. Milano: 880 e sqq. Sobre a discussão da figura histórica de Cícero, pensador e cidadão romano, que envolveu Petrarca e Coluccio Salutati, a quem se deve a descoberta das *Epistulae familiares*, e ainda Pier Paolo Vergerio, vide Baron 1966: 121-129.

utilidade à arte de a escrever – a denunciar a predilecção do “pai do humanismo” por este ramo do saber –, não passaram despercebidas aos autores do Renascimento, que seguiram o Arpinate como modelo da arte da palavra, de estatura moral e empenhamento cívico.

A expressão do *De oratore* (2. 9), que se refere à história como ‘testemunha dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da antiguidade’, *Historia uero testis temporum, lux ueritatis, uita memoriae, magistra uitae, nuntia uetustatis*, torna-se como que uma divisa do pensamento humanista<sup>6</sup>. Mas em vários outros passos da sua obra, Cícero explicita o valor da história dentro destes parâmetros: o conhecimento da história é necessário ao orador e ao homem de estado (*De legibus*, 3. 41; *De oratore*, 1.18; 1.159; 1. 201) e adequado ao aperfeiçoamento moral (*Pro Archia*, 14-15; *Por Sestio*, 48; *De finibus*, 5. 64).

Os autores do Renascimento, atentos ao pensamento e à expressão ciceronianos, atribuíram à história um papel análogo ao da filosofia moral. Cabe também a Petrarca, no seu tratado sobre os

---

<sup>6</sup> O passo do *De oratore* (2. 9) de Cícero é transcrito, e. g., na o ração latina *Em louvor de todas as artes e ciência* de Pedro Fernandes, quando se pronuncia sobre a história. Em língua portuguesa, surge da pena de Fr. Heitor Pinto (1941), *Imagem da Vida Cristã*, M. Alves Correia ed., 4 vols., Lisboa (cap. XIX do *Diálogo dos verdadeiros e falsos bens*), vol. IV: 261: «A história, como diz Marco Túlio no segundo *De oratore* é testemunho dos tempos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, messegeira da antiguidade. Todo o homem que quiser saber cousas notáveis, e açacadar o engenho, e limar o juízo, e refinar o entendimento, e saber grandes avisos e adquirir muita prudência, para se governar a si e aos outros, seja lido nas histórias». Vide Narducci 2009; López Eire 2008: 1-32.

homens ilustres, *De uiris illustribus*, dar o tom à leitura paradigmática e pedagógica da história, que o humanismo consagra. Sem demora, esta lição do humanismo italiano iria ser seguida pelo mundo culto e perdurar por mais de um século.

De todos os géneros literários cultivados pelos antigos, a história é talvez o que mais seduz os tradutores renascentistas. A glória de Roma era incansavelmente entoada pelos humanistas italianos, preocupados em ajustar a beleza do seu discurso à grandiosidade dos feitos dos seus antepassados, como o testemunha Lorenzo Valla, no prefácio ao primeiro livro das suas *Elegantiae Latinae*, que inspiraram as considerações de gramáticos humanistas, como o espanhol Antonio de Nebrija e o português Fernando de Oliveira, sobre a língua, companheira do império<sup>7</sup>. Esta glorificação do passado mítico-histórico de Roma desencadeia uma verdadeira emulação, não só entre os escritores italianos, herdeiros directos do grande império – não poderemos esquecer o espírito da *Monarquia* de Dante e mesmo de *Il principe* de Maquiavel – mas ainda entre os humanistas europeus, que se orgulham das suas origens e que cantam a bravura dos seus heróis nacionais e a grandeza das suas pátrias<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Vide, sobre este assunto, Asensio1974: 1-16.

<sup>8</sup> O orgulho das origens da nação portuguesa manifesta-se entre nós, no séc. XVI, em obras como o *De antiquitatibus Lusitaniae* de André de Resende, que pretende provar, pelo recurso à ciência filológica, a *dignitas* da nação portuguesa, abundante em testemunhos da presença dos romanos, e ainda na própria literatura cavaleiresca, ou antes, na sua reactualização paradigmática, como é o caso da *Crónica do Imperador Clarimundo* de João de Barros.

A renovação dos horizontes ideológicos, no que se refere ao reequacionamento da concepção do poder e do estado, nos finais do séc. XIV na Europa, vai favorecer a recepção dos modelos antigos e mesmo condicionar a orientação para a tratadística moral e histórica de incidência política. Os romances de cavalaria, os ciclos épicos tinham contribuído para o conhecimento e divulgação do passado mítico-histórico greco-romanos. É sobretudo em França, berço da tradição novelística, e na corte de Borgonha que este tipo de literatura conhece um rápido florescimento, por influência do humanismo italiano<sup>9</sup>.

Portugal não foi estranho a estas influências da Europa culta, dado o intercâmbio que com ela desde cedo estabeleceu. Quando o movimento humanista se iniciou em Itália ali se encontrava um escol português de eclesiásticos, ocupados na cúria, ou de estudantes que cursavam as universidades de Siena, Pádua, Pavia e Bolonha, famosas pelo estudo de direito.

Apesar de já as cortes de 1473 se terem manifestado contra a manutenção de escolares, a migração não parou desde o tempo de D. João I<sup>10</sup>. A sociedade portuguesa, estruturada até então segundo o modelo da hierarquia

---

<sup>9</sup> Um interesse generalizado pela Antiguidade é alimentado por toda uma corrente de obras histórico-romanescoas, em prosa, como as diferentes versões do *Romance de Alexandre*, do *Romance de Eneias*, do *Romance de Tróia*, do *Romance de Tebas*, da *História do Tosão de Ouro*, das *Histórias de Hercules*, ou em verso, como é o caso do poema *Trois grands*, que canta Alexandre, Pompeu e Carlos Magno. Vide Faral . 1967.

<sup>10</sup> O jurista João das Regras, formado em Bolonha, é exemplo paradigmático.

eclesiástica, inicia uma *renouatio*, nos vários domínios da cultura, que pretendia garantir a consolidação da consciência nacional, de acordo com as solicitações do mundo civilizado de então. A partir da dinastia de Avis, vários factores propiciaram a abertura ao mundo moderno. Entre eles, as relações com a corte de D. João II de Castela, em ligação, por afinidade familiar, com o reino de Nápoles de Afonso V, o Magnânimo – paradigma do “príncipe umanizzato” do Renascimento.

A presença da cultura italiana, na corte de Borgonha da Duquesa Isabel, filha do nosso rei D. João I – casada com Filipe o Bom, duque da Borgonha e conde da Flandres – que mantinha estreitas relações com a corte portuguesa e conservava ao seu serviço portugueses cultos, vindos no seu séquito<sup>11</sup>. Esta corte, a mais brilhante e faustosa da Europa, contava com uma das bibliotecas mais famosas do tempo e acolhia uma verdadeira escola de artistas de iluminuras, de que é testemunho o *Livro de Horas do rei D. Duarte*.

Ao labor do português Vasco de Lucena se deve a tradução francesa da *Ciropedia* –, a partir da versão latina de Poggio –, a *Histoire d’Alexandre*, traduzida de Quinto Cúrcio e completada, nas lacunas do original, sobretudo pela *Vida de Alexandre* de Plutarco, segundo a versão latina de Guarino de Verona. Muito provavelmente é ele também o autor da *Vida e feitos de Júlio César*, tradução

---

<sup>11</sup> Entre as figuras do séquito de D. Isabel de Portugal, está Afonso de Lucena, médico da princesa. O filho, Vasco de Lucena, pôde estudar nas universidades de Colónia e Paris e foi chamado a colaborar na educação do príncipe, o futuro Carlos o Temerário.

portuguesa de *Li fet des Romains*, oferecida antes de 1466 pela duquesa Isabel a seu sobrinho, o Condestável D. Pedro, pretendente ao trono de Aragão<sup>12</sup>. Esta obra é uma exposição coerente da história de César, colhida em várias fontes, entre as quais se contam autores clássicos, tais como Suetónio, Salústio, Júlio César, Lucano<sup>13</sup>. Não sem razão se legitima o conhecido gosto do príncipe herdeiro desta corte, Carlos o Temerário, pelas obras históricas.

Mas é sobretudo o contacto directo de D. Pedro, o Infante das Sete Partidas, com a cultura europeia, e designadamente com o humanismo italiano, que permitiu o desabrochar dos ideais humanistas, em Portugal. Nas suas viagens pela Europa (1424-1428) – Inglaterra, Flandres, Hungria, Itália (Veneza, Pádua, Florença e Roma) – o Infante D. Pedro relaciona-se com humanistas italianos, como Pier Paolo Vergerio (1370-1444), que conheceu na corte de Segismundo da Hungria, autor de uma obra ‘Sobre os nobres costumes e os estudos liberais da juventude’, o *De ingenuis moribus et liberalibus studiis adolescentiae* (1402), o primeiro tratado pedagógico, na verdadeira acepção da palavra, quer pelo teor prático da sua doutrina, quer pela real divulgação que conheceu em toda a Europa. A partir deste tratado de Vergerio, impunham-se como cartilha a obra de Cícero, no seu sincretismo, fazia a síntese

---

<sup>12</sup> É esta a opinião de Mateus, M. Helena (1971), *Vida e feitos de Júlio César*, ed. crítica da tradução portuguesa quatrocentista de *Le fet des Romains*. Lisboa.

<sup>13</sup> Vide Monfrin 1972: 152-154.

do pensamento retórico e filosófico da Antiguidade grega, a *Institutio oratoria* de Quintiliano e o *De liberis educandis* de Plutarco, obras que se tornaram verdadeiro *Vademecum* da pedagogia humanista, em moldes modernos.

Traduz a obra de Vergério, a pedido do Infante D. Pedro, Vasco Fernandes de Lucena, o infatigável humanista ao serviço dos ideais pedagógicos e cívicos dos príncipes de Avis, que verte “em lingoagem” os tratados de Cícero e o *Panegírico* de Trajano de Plínio-o-Moço, que difundem o ideal do orador e de estadista<sup>14</sup>.

Ao rei D. Duarte dedica Alonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, um *Memoriale uirtutum*, baseado na *Ética* de Aristóteles e a tradução do primeiro livro do *De inuentione* do Arpinate, indício seguro dos gostos e ideais retóricos da corte portuguesa<sup>15</sup>.

Indício seguro das preocupações de um país de aspiração ultramarina, apostado em acertar o passo com os grandes centros culturais europeus, é o afã de tradutores de obras clássicas, especialmente Cícero – ao Infante D. Pedro se deve a primeira tradução para

---

<sup>14</sup> A tradução de Vergerio de Vasco Fernandes de Lucena, hoje perdida, figurava ainda entre os livros da biblioteca de D. João V e conheceu a maior divulgação nos séculos XV e XVI, a ajuizar pelas centenas de manuscritos e pelas mais de trinta edições incunabulares.

<sup>15</sup> Entre 1421 e 1431, encontra-se em Portugal, em missão diplomática, Alonso de Cartagena, futuro Bispo de Burgos, tradutor de Cícero e Séneca. Sobre D. Alonso de Cartagena, considerado um dos primeiros representantes do primeiro humanismo castelhano, vide o estudo inserto, neste volume, de Tomás González Rolán, “Proyección política y pedagógica del Prólogo a la Rethórica de Cicerón dedicado por Alfonso de Cartagena al Infante D. Duarte”.

português, o *De officiis*, testamento moral do Arpinate – e também de Séneca, de tratados de arte militar, de panegíricos imperiais. Apesar de os príncipes de Avis protegerem a cultura literária e escreverem eles próprios obras de formação cavaleiresca ou de reflexão filosófica, de divulgarem os clássicos latinos, de promoverem a reestruturação das instituições e de darem incremento à política da expansão oceânica, não se poder falar, nesta época, senão de proto-humanismo, mais ideológico do que filológico. O que não impede de se reconhecer o notável contributo que deram ao humanismo filológico, que alvorecia, e à Língua Portuguesa, o Infante D. Pedro, o Rei D. Duarte e o historiador ao serviço de ambos, Fernão Lopes.

A historiografia, a par das traduções da produção histórica da Antiguidade clássica, é um dos géneros que vai conhecer grande fortuna, nos alvares do Renascimento, ligada à exaltação das grandes casas e famílias principescas e seus actuais representantes. Exemplo expressivo é a corte de Afonso, o Magnânimo: ao reconhecer o importante papel da história, como disciplina de grande utilidade didáctica e sobretudo como verdadeiro manancial de *exempla* que fornece uma variedade de ensinamentos quer a nível pessoal quer político, acolhe humanistas famosos que escrevem a sua história e a divulgam na universal língua latina. Muitas são as obras históricas que glorificam a dinastia aragonesa de Nápoles: o *De Dictis et factis Alphonsi regis* e o *Liber rerum gestarum Ferdinandi regis*, ambos da autoria de Antonio Beccadelli, Panormita, o *De rebus gestis ab Alphonso primo neapolitanorum rege* de

Bartolomeo Facio e o *Compendio della storia del regno di Napoli* de Pandolfo Collenuccio<sup>16</sup>.

Afirma-se também entre nós, além do interesse pelos romances de cavalaria e pelos tratados de educação de príncipes, um vincado gosto pela produção historiográfica destinada a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores, em que as acções de figuras individuais servem de paradigma e exemplo – e de obras históricas orientadas no sentido da apologia real<sup>17</sup>.

Fernão Lopes é mesmo o exemplo perfeito do historiador preocupado com a verdade dos factos, conciliada com o engrandecimento da dinastia de Avis e dos seus príncipes, ao serviço de quem põe o seu labor.

Não é de estranhar que surja da sua pena, na *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, a definição ciceroniana de história: «a estoria ha de seer luz da uerdade e testemunha dos antigos tempos», expressão que traduz a ciceroniana (*De oratore* 3. 9. 36), *Historia testis temporum, lux ueritatis*<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Vide Cochrane 1981: XVI e 3-159; Soares 2003: 9-32.

<sup>17</sup> Lembro, de Fernão Lopes, as Crónicas de *D. Pedro*, *D. Fernando* e *D. João I*; de Zurara, a *Crónica da tomada de Ceuta* e a *Crónica dos feitos da Guiné*, um verdadeiro panegírico da figura do Infante D. Henrique, caracterizado pelos seus dotes intelectuais e rodeado de sábios; de Rui de Pina, as Crónicas de *D. Duarte*, *D. Afonso V* e *D. João II*. Destinadas a relatar as proezas cavaleirescas e os feitos heróicos dos grandes senhores são a *Crónica do Condestabre*, que o Mestre João Fernandes traduziu para latim, a *Crónica do Infante D. Fernando*, de Frei João Álvares, e as Crónicas de *D. Pedro de Meneses* e de *D. Duarte de Meneses*, de Gomes Eanes de Zurara.

<sup>18</sup> Fernão Lopes (1968), *Crónica del Rei dom João I*. Lisboa: 83 (II parte, cap. 37).

Sem pretender considerar Fernão Lopes um historiador humanista, enquadrado que está ainda na mundividência medieval, manifestam-se já na sua prosa narrativa, na sua arte de escrever, certas particularidades que anunciam uma fina sensibilidade para certos motivos e valores, que vão informar o discurso humanista. A técnica narrativa, em que o gosto do pormenor fornece uma pintura fiel da realidade da época e dos seus heróis, caracterizados em acção, tem as suas raízes últimas em Tucídides, muito embora Fernão Lopes a tenha colhido muito provavelmente na literatura novelística, que privilegiava a vivacidade e intensidade dramáticas e valorizava o discurso oral<sup>19</sup>. Este processo narrativo, que faculta a observação das atitudes e comportamentos das personagens<sup>20</sup>, permite transmitir uma lição implícita nos próprios acontecimentos, uma das funções primordiais da história antiga no humanismo renascentista.

A preocupação formal, que caracteriza os autores do Renascimento, já se prenuncia em Fernão Lopes, a ajuizarmos pelo prólogo que abre *a Crónica del Rei dom João I*, onde previne os seus leitores que não busquem «fremosura e novidade de pallavras» pois «nos», afirmava, «leixados os compostos e afeitados rrazoamentos, que muito deleitom aquelles que ouvem, antepoemos a simprez verdade, que a afremosemtada falssidade»<sup>21</sup>.

---

<sup>19</sup> Atkinson 1962: 3-24.

<sup>20</sup> Quando o autor dá a palavra às personagens do mundo por ele narrativizado, adopta a forma “mais mimética” do discurso, no dizer de Genette 1979: 170.

<sup>21</sup> Fernão Lopes (1977), *Crónica del Rei dom João I*. Lisboa: 2 (I parte).

Própria da mentalidade humanista, e dentro de postulados que pertencem à tradição clássica, é a definição de história em termos estéticos, a valorização da forma e do estilo na arte de narrar, indissociável da preocupação da verdade, que não deve, contudo, sobrepôr-se à exemplaridade dos feitos, seu principal objectivo.

De facto, uma nítida evolução se vai fazer sentir na arte de escrever história<sup>22</sup>, condicionada sobretudo pelas novas exigências impostas pela realidade portuguesa e pela progressiva assimilação dos modelos clássicos. Manifestam-se então, entre os humanistas, preocupações literárias, no que respeita à obra histórica, definida por Cícero como *opus oratorium* (*De legibus* 1. 5)<sup>23</sup>.

João de Barros, no prólogo da sua *Década* III, pronuncia-se sobre a importância da forma e do estilo na arte de narrar, nestes termos: «tem tanto poder a força da eloquência, que mais doce, e accepta he na orelha, e no animo huma fabula composta com decoro, que lhe convem, que huma verdade sem ordem, e sem ornato, que he a forma natural della»<sup>24</sup>.

Mas é a Damião de Góis, no “Prólogo” da sua *Chronica do Príncipe Dom Joam*, que se deve a definição humanista do estilo histórico:

---

<sup>22</sup> Vide Macedo 1982: 55-243.

<sup>23</sup> Sobre o estilo requerido para a história, vide as considerações feitas por Cícero em *Orator*, 42; 66; 124.

<sup>24</sup> Vide João de Barros (1973), *Décadas da Ásia*, edição anastática da de Lisboa (1777) Na Regia Officina Typografica: prólogo, sem numeração de páginas.

«& muito mais se tratta de feitos de Reis, & grandes senhores, porque nestes se requiere alto stylo descrever, grãde ornamento de lingoagem, sutil & discreto artifício rhetorico» É que, prossegue: «ha história tem em si tâta magestade, que nella se nam pode sofrer palaura nenhua que no lugar em que se põe nam traga consigo grauidade, honestidade & autoridade, às quaes leis & jugo a que ho stylo histórico está sujeito, & de que cõ razam nam pode sair»<sup>25</sup>.

Além da definição de história em termos estéticos, uma outra componente se afirma. A concepção valorativa e paradigmática da história, sintetizada de forma eloquente no tão glosado passo do *De oratore* (2. 9) ciceroniano e abordada no prefácio de *Ab urbe condita* de Tito Lívio<sup>26</sup>, caminha de par com a preocupação da verdade, desde os primórdios da historiografia portuguesa.

A concepção da história como escola de virtudes, presente já na *Crónica do Condestabre*, em Fernão Lopes,

---

<sup>25</sup> Damiam de Goes (1905), *Chronica do Príncipe Dom Ioam* por Damiam de Goes. Coimbra: 1. Tece também considerações desta natureza, em Damião de Góis (1944 e 1954), *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel* 2 vols. Coimbra: 105 (vol. II, Parte IV, cap. 38). Pronuncia-se ainda este humanista sobre a arte de escrever história e o “ofício” do historiador, na *Vrbis Olisiponis descriptio* Raúl Machado ed. (1937). Lisboa: 15-16: para que a história seja “imparcial e completa”, quem se dedique a escrevê-la necessita de estar liberto de outras ocupações, para ter paz de espírito, e necessita ainda do favor e auxílio dos Príncipes, que premeiem o seu trabalho e a sua arte.

<sup>26</sup> Neste prefácio, Tito Lívio apresenta a sua história, *Ab urbe condita*, como uma obra concebida com arte literária, com um alcance moral e nacional.

em Azurara e Rui de Pina<sup>27</sup> tem o seu representante máximo, no humanismo renascentista, na historiografia de João de Barros<sup>28</sup>. É sobretudo no prólogo da Década III que o historiador moralista, para quem «a Historia he hum espertador do entendimento», revela os seus propósitos e métodos.

Serve-se dos autores clássicos e dos modernos, tais como Paulo Jóvio e António de Nebrija, para explicitar o seu conceito de história e a arte de a escrever. A preocupação da verdade não deve sobrepôr-se à exemplaridade dos feitos, seu principal objectivo. Não quer isto dizer que a obra de João de Barros falseie a verdade, ou que nela não se formulem críticas, mas apenas que a sua atitude epistemológica na seriação e apresentação dos factos é tipicamente humanista, com

---

<sup>27</sup> Vide *Chronica do Condestable de Portugal Dom Nuno de Álvares Pereira*, Remédios ed. (1911): 1; Lopes, Fernão (1977 e 1968), *Crónica del Rei dom João I da boa memória*, I parte (1977), cap. 164: 309 e II parte (1968), cap. 98: 211-212; Gomes Eanes de Zurara (1915), *Crónica da Tomada de Ceuta*, Esteves Pereira ed. Coimbra, cap. 38: 117; Fr. João Álvares (1960) *Trautado da vida e feitos do muito venturoso S.ºr Infante D. Fernando*, Adelino de Almeida Calado. ed. Coimbra.: 4; Rui de Pina (1977), *Chronica do Senhor Rey D. Duarte*, cap. XV, in *Crónicas*, M. Lopes de Almeida ed.: 522.

<sup>28</sup> Estas são palavras de João de Barros, no *Prólogo* da Década III: «E como a Historia he hum agro, e campo, onde está semeada toda a doutrina Divina, Moral, Racional, e Instrumental, quem pastar o seu fruto, convertello-ha em forças de entendimento, e memoria para uso de justa, e perfeita vida». Não é de estranhar, por isso, que, na obra de Barros, tenham colhido matéria Giovanni Botero, para a sua colectânea de *Apostegmas* e Fernando Alvia de Castro para os seus *Aphorismos y exemplos politicos e militares*, tão ao gosto da sensibilidade de finais do séc. XVI, inícios do XVII.

raízes em Petrarca e Lorenzo Valla, que subordinam a cultura à moral<sup>29</sup>.

Esta ênfase, posta por Barros, no modelo paradigmático da história, cede lugar, em outros autores, ao papel que nela assume a expressão da verdade. Segundo Damião de Góis, «ho mais substancial que no screuer das Chronicas se requiere», «hé com uerdade dar a cada hum ho louuor ou reprehensam que mereçe»<sup>30</sup>. Perfilham a ideia de Góis outros historiadores da gesta lusitana contemporânea, tais como, Fernão Lopes de Castanheda, Diogo de Couto, Gaspar Correia, que tiveram, como ele, as suas obras embargadas e alvo de censura. Apesar disso, o enaltecimento da figura do rei e seus cometimentos torna-se uma constante da historiografia portuguesa desta época, que era essencialmente nacional e dinástica e atribuía a maior importância aos triunfos militares e à coragem de um povo nas remotas paragens onde se estendia o império.

Na sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, Castanheda, por exemplo, dirige os prólogos antepostos aos livros I a IV aos soberanos e príncipes da casa real “pera quem parece que em especial se fez a história”<sup>31</sup>.

---

<sup>29</sup> Petrarca (1929), *De sui ipsius et multorum ignorantia* (1367), trad. de J. Bertrand. Paris: 60-65 e 85; L. Valla (1543), *Dialecticae disputationes*, I, 10, Basileae: 664.

<sup>30</sup> Prólogo da *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, 2 vols. Coimbra, vol. I : 2.

<sup>31</sup> Vide o Prólogo do Livro I, dirigido ao rei D. João III: Castanheda, Fernão Lopes de (1979) *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (livros I-IV). M. Lopes de Almeida ed. Porto: 3.

Já Rui de Pina, no prólogo que antecede a sua crónica do rei D. Duarte se pronuncia em termos semelhantes<sup>32</sup>. Aliás, esta ideia surge a cada passo, quer nos prólogos, quer nas dedicatórias de traduções de obras históricas, de autores antigos ou contemporâneos. É o caso da *Histoire de Portugal* de Simon Goulard, que é, nos primeiros doze livros, a tradução do *De rebus Emmanuelis gestis* de D. Jerónimo Osório e, nos oito restantes, uma tradução da *História* de Castanheda. Nas palavras que a introduzem, Simon Goulard esforça-se por demonstrar que a história de Portugal, agora apresentada a público, favorece o amor pela virtude, o ódio do vício, aprofunda o conhecimento do homem e dá lições de prudência política e militar. Se assim não fosse, de nada lhe valeria tê-la traduzido<sup>33</sup>.

Numa época em que o regalismo se começava a afirmar, por influência do direito romano, e abria caminho à teoria da soberania de estado, formulada por Jean Bodin, nos seus *Six livres de la republique*, o posicionamento doutrinário, adoptado pelo enunciador do discurso histórico, propiciava certas relações conceptuais entre a obra histórica e os tratados de parénese e política.

---

<sup>32</sup> Rui de Pina (1977), *Crónicas* M. Lopes de Almeida ed. Porto: 487-488, afirma «a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda a humanidade [...] a invenção e cuidado deste *Officio* d’escrever de huma onestidade, e razam a quaaesquer boós, e vertuosos por seu galardam se possa atribuyr, ainda por huá outra spicialidade d’obligatorios exemplos, e singulares merecimentos, aos Reys, e Principes mais propriamente se deve».

<sup>33</sup> Vide o texto transcrito por Villey 1912: 46-49.

O elogio da figura do rei, suas virtudes e acções, de que o *Panegírico de D. João III* de João de Barros - elaborado por inspiração do panegírico de Trajano de Plínio o Jovem - é um exemplo acabado, dá lugar, na historiografia portuguesa, ao olhar planetário que as grandes descobertas e o desenvolvimento científico vieram proporcionar. A exaltante atmosfera moral, aliada à consciência da hiperidentidade que caracteriza os homens de Quinhentos, transparece na prosa histórica em vulgar e em latim. Ganha forma a história monográfica - que empenhou humanistas como Diogo de Teive e Damião de Góis - onde se relatam episódios, em que o sensacionalismo tem um lugar de relevo.

No seu *Commentario sobre os sucessos dos portugueses, no cerco de Diu*, no ano de 1546, exalta Teive os feitos dos portugueses e apresenta, na imortal língua latina, às gerações vindouras, o valor militar dos homens da sua época.

Teive, à maneira clássica, regista as falas das personagens intervenientes, dá-lhes voz<sup>34</sup>, e, para tornar

---

<sup>34</sup> É este um processo que caracteriza a prosa histórica, desde os autores gregos do séc. V. Dioniso de Halicarnasso vai debruçar-se, no seu *Ad Pompeium Geminum* 18 (776), sobre a *mimesis*, a imitação de caracteres e emoções, que considera uma das qualidades do estilo da prosa histórica. Em seu entender, Heródoto era superior na imitação dos caracteres e Tucídides na imitação das emoções. Também Longino, no seu tratado *Do Sublime* 22. 1 fala da mimese, como termo da teoria da história, com referência a Heródoto e a Tucídides. Segundo Longino, “a imitação dos efeitos da natureza” foi conseguida por estes historiadores clássicos, que imitaram o homem na sua acção real e adaptaram a sua linguagem aos caracteres e emoções individuais. Cf. o bem documentado artigo de Gray 1987: 467-486.

imparcial a sua narrativa histórica, apresenta muitas vezes os factos em alternativa hipotética.

Damião de Góis, com igual intenção de exaltar a expansão ultramarina, escreve diversos opúsculos em latim. Através deles, o humanista de renome internacional, amigo de Erasmo e formado no convívio com os grandes centros do Humanismo europeu, procura divulgar o renome do seu país, evidenciar a real dimensão da universalidade e diversidade do homem e apelar para a necessidade da evangelização pacífica. São sobretudo estas obras, corroboradas pela sua correspondência, que tornam conhecidos, por vezes com um sensacionalismo quase jornalístico, os feitos dos portugueses e os seus interesses temporais e espirituais.

O motivo da exaltação épica das glórias nacionais, que torna a história próxima da epopeia, surge nos nossos autores por inspiração clássica. Neste particular, serve de modelo Tito Lívio - o título das *Décadas* de Barros o comprova - que se aproxima tanto da *Eneida* de Virgílio como a obra histórica quincentista da epopeia Camoniana.

Do ponto de vista semântico-conceptual, o louvor das glórias lusas tem por referência os feitos de gregos e romanos. Esta evocação da alteridade pelo processo da inversão, muito frequente no estilo e expressão colorida de Heródoto<sup>35</sup>, funciona como princípio heurístico e concorre para a elaboração de uma representação do

---

<sup>35</sup> Vide Hartog 1980: 225-237 (cap. I “Une rhétorique de l’alterité”).

mundo: os portugueses são superiores aos antigos pela sua missão evangelizadora, pela propagação da fé, que os anima.

Se a expressão do ideal heróico se vislumbra entre nós, desde tempos recuados, desde a crónica sobre a tomada de Ceuta, o *De Septensi bello*, de Mateus de Pisano, nas orações de obediência proferidas perante a Santa Sé por um D. Garcia de Meneses em 1481<sup>36</sup> ou por um Dr. Vasco Fernandes de Lucena em 1485 ou ainda por um Diogo Pacheco em 1515<sup>37</sup>, não é menos verdade que o paralelismo com os valores e os heróis paradigmáticos da Antiguidade se torna um verdadeiro *topos* no nosso humanismo, tanto nas obras em prosa, como na poesia.

É que a poesia, mais universal do que a história, segundo a definição de Aristóteles<sup>38</sup>, exprime muitas vezes, entre nós, nesta época, a essência extraída dos ensinamentos da história.

Neste contexto, não admira que, de par com a componente ética, se definam, por inspiração de Cícero e Quintiliano, as dimensões retórica e pedagógica da história. Quintiliano (*Inst. Orat.* 10. 1. 20-26) aconselha o jovem orador a ler, para sua formação, os oradores, os historiadores e os filósofos. É neste capítulo I do livro X

---

<sup>36</sup> Vide a oração latina e tradução portuguesa de Ramalho 1985: 2-25.

<sup>37</sup> Rogers 1958: 105.

<sup>38</sup> Aristóteles, *Poética*, 1451 a 36-1451 b 10. Quintiliano, dentro da tradição primitiva de uma histórica heróica, afirma na *Institutio Oratoria* (10.1.31) que a história está muito próxima da poesia e que aquela é uma forma de poema em prosa.

que Quintiliano estabelece as ligações culturais entre a história e a eloquência<sup>39</sup>.

No que se refere à história e à sua dimensão retórica, é de interesse lembrar que o italiano Lorenzo Gambara, no seu *Tractatio de perfectae poeseos ratione*, ou seja, no seu tratado ‘sobre os motivos da perfeição em poesia’, que data de 1576, ao aludir ao papel da história na *inuentio* humanista, isto é como manancial de argumentos, põe em destaque a obra histórica de D. Jerónimo Osório — o seu *De rebus Emmanuelis gestis* — e invoca o interesse e proveito da sua leitura, o seu valor moral<sup>40</sup>. Este juízo literário da prosa histórica do Cícero português, feito por um autor estrangeiro, manifesta não só o conhecimento universal da nossa história, quando escrita em latim, como ainda o apreço pela arte de a escrever.

Em Portugal, apesar de não haver nenhum tratado sistemático, que faça uma reflexão sobre o papel da história antiga, as concepções dos nossos autores inserem-se numa linha de feição tipicamente humanista<sup>41</sup>. Historiadores, autores de panegíricos,

---

<sup>39</sup> Vide, a este propósito, Cousin 1967: 576 e 582.

<sup>40</sup> Weinberg, Bernard ed. (1972): (vol. 3) 232: “Sed et postea consecuta sunt praeclarissima hominum gesta, quibus divina dextera usa est vel in Galiis, Germania, Anglia, Hispanis, Indiis [*Osorius de rebus Indicis orientis et alii*], ad fidem convertendis uel ad Hierosolimam recipiendam et ad belli sacri expeditionem, in quo praeclarissimi imperatores extiterunt. Quorum historiae et poemata si in scholis publiceque ac privatim legerentur, maximum ad christianam rempublicam commodum et pietatis robur accederet”.

<sup>41</sup> A este propósito, vide Macedo 1982: 98.

de orações de sapiência, de tratados pedagógicos, de parénese e pedagogia política, todos repetem o valor moral do exemplo histórico<sup>42</sup>. Além disso, estes últimos incluem na *ratio studiorum*, ou seja no programa de estudos que propõem, a história como disciplina formativa do carácter e repositório de argumentos, indispensável à arte de bem falar, à *eloquentia*, que distingue o *homo urbanus* do Renascimento - de que se torna cartilha universal *Il cortegiano* de Baldassare Castiglione, dedicado - em homenagem à gentileza e urbanidade dos portugueses - ao nosso cardeal D. Miguel da Silva.

A *ratio studiorum*, proposta pelos pedagogos italianos do *Quattrocento*, em que o estudo da história é primordial, vai servir de referência à pedagogia humanista, que vigora por mais de um século.

O regulamento da *Schola Aquitanica* - isto é do Colégio universitário de Bordéus - elaborado pelo nosso André de Gouveia, que influiria no plano de estudos do Colégio das Artes, que este humanista viera fundar em Coimbra, em 1548, dá grande importância ao estudo dos historiadores clássicos. Os humanistas eram unânimes em considerar a história uma disciplina de grande utilidade pedagógica, verdadeiro manancial de *exempla*, que, além de enriquecerem a *inventio* retórica, forneciam uma enorme variedade de ensinamentos de moral privada e de comportamento civil e político.

---

<sup>42</sup> Entre os historiadores, é exemplo acabado João de Barros, não só nas *Décadas*, como nos *Panegíricos* de D. João III e da Infanta D. Maria ou ainda na *Crónica do Imperador Clarimundo*.

É esta a posição assumida por Diogo de Teive e D. Jerónimo Osório, para falarmos apenas de dois pedagogos humanistas, representativos do pensamento histórico entre nós.

Nestes termos se pronuncia Teive, na *Institutio Sebastiani primi*, em tradução de Francisco de Andrade: “Natureza he da historia com grão gosto/ Animos recrear, e entendimentos/ E ensinar a fugir dos máos costumes/ Seguir os que são bons. A qual por isso/ Se chama com razão Mestra da vida”<sup>43</sup>.

Noutros passos, sublinha ainda o humanista bracarense o papel que deve desempenhar na instrução e educação integral do jovem príncipe<sup>44</sup>.

Jerónimo Osório, no seu extenso tratado, em diálogo, *de Regis institutione et disciplina*, põe na boca de Lourenço Pires de Távora a defesa da educação cavaleiresca, das armas em detrimento das letras<sup>45</sup>. O ensino do príncipe devia fazer-se sobretudo pelo recurso ao exemplo e estímulo, colhidos nos feitos gloriosos, praticados pelos antepassados da história de Portugal (I.276.33-42)<sup>46</sup>. A sua preparação literária deveria

---

<sup>43</sup> Teive, Diogo de (1786) *Epodos que contêm sentenças úteis a todos os homens, As quaes se acrescentão Regras para a Boa educação de hum príncipe*. Trad. no vulgar em verso solto por Francisco de Andrade (conforme à ed. de Lisboa, 1565) Lisboa, na Of. Patr. de Francisco Luiz Ameno, MDCCLXXXVI: 158; (texto latino) 157:

<sup>44</sup> *Ibidem*: e.g. 123-125; 137-141.

<sup>45</sup> Vide o estudo sobre esta, em Soares 1994.

<sup>46</sup> Osório, D. Jerónimo (1592): *Hieronymi Osorii Lusitani, Episcopi Algarbiensis, Opera omnia, Hieronymi Osorii nepotis Canonici Eborensis diligentia. In unum collecta, et in Quattuor uolumina distributa. Ad Philippum I Portugaliae regem inuictissimum. Romae, Ex Bibliotheca Georgij Ferrarij MDXCII*. A indicação dos passos,

resumir-se a aprender a ler e a escrever e, pormenor de interesse, a conhecer os poetas latinos e a história romana, para não ser considerado completamente ignorante nestas matérias, de todos conhecidas<sup>47</sup>.

Esta argumentação, a iniciar o tratado, dará lugar, logo de seguida, à proposta de uma educação integral: o rei deve ser instruído *palaestra et litteris et religione*, isto é, nas diversa componentes, física, intelectual, moral e religiosa.

O plano de estudos que propõe, que se estende de finais do livro IV a cerca de metade do livro V (I.382.58-404.6), inclui as tradicionais disciplinares do *triuuium* e do *quadriuium* e ainda a história, a poesia, a pintura, a escultura, o desenho, num programa verdadeiramente humanista, que o *Panepistemon* de Poliziano, preconiza<sup>48</sup>.

Além disso, Osório ao propor para o ensino da gramática os autores que pela sua mensagem moral e pela *latinitas* se impõem à consideração do educando, selecciona os historiadores César, Salústio, Tito Lívio ao lado de Cícero, Virgílio e Horácio (I.383.23-37).

Esta dependência dos autores do nosso humanismo ao modelo histórico da Antiguidade, que se

---

nos *Opera Omnia*, comporta o número do tomo, seguido do da coluna e das respectivas linhas.

<sup>47</sup> *Ibidem*, I. 276. 58-62: Quod uero ad litteras attinet, legere, et scribere sciat, et aliqua ex parte Latinos poetas, et Romanam historiam attingat; ne omnino rerum earum, quae sunt omnibus peruulgatae, rudis existimetur.

<sup>48</sup> Sobre a importância que assume no humanismo renascentista um *curriculum* alargado à história, à poesia, à ética e às artes da pintura, escultura, architectura e desenho, incluídas também no *Panepistemon* de Angelo Poliziano, vide Burke 1987, 3ª ed.: 51-62.

define dentro de padrões éticos, que estão de acordo com os valores essenciais do cristianismo, rejeita à partida a concepção pragmática da história, que se afirma com alguns historiadores de finais do séc. XV, princípios do XVI.

Se a produção histórica da antiguidade greco-romana, a partir do séc. XIV, desempenha um papel significativo na consolidação do conceito de estado e na definição dos direitos e deveres de governantes e governados, dentro de uma cosmovisão, onde a moral tem o seu império, é também com base na história antiga que Maquiavel vai construir o seu modelo de príncipe e fornecer-lhes as directrizes adequadas ao êxito, que estarão na base da concepção moderna da política<sup>49</sup>.

Os fundamentos da sua teoria de estado colhe-os Maquiavel em Políbio (*Historiae*, VI, 5, 6): diferentemente de Aristóteles, considera que a origem, a génese de um estado está na violência. Maquiavel baseia as suas considerações teóricas sobre a forma de se constituir uma república e sobre a melhor forma de conservar o poder, na reflexão que faz sobre a teoria de *anacyclôsis*, desenvolvida por Políbio no livro VI, que ele comenta nas suas *Histórias Florentinas*<sup>50</sup>. Além de

---

<sup>49</sup> O *Hieron* de Xenofonte, que designa por *De tyrannide* – título que Leonardo Bruni lhe dá na sua tradução latina – e o livro V da *Política* de Aristóteles estão na base das considerações feitas no capítulo XXI de *Il príncipe*. É, no entanto, na terceira parte da sua obra (capítulos XV-XXIII), que diz respeito às relações do príncipe com os seus súbditos e ainda com a sua “entourage”, que Maquiavel quebra todos os laços com os postulados da política de inspiração clássica.

<sup>50</sup> Sobre a importância do livro VI de Políbio no pensamento do

Políbio, inspira-se também em Tito Lívio<sup>51</sup>, os dois historiadores que traçaram as coordenadas que deram forma à grandeza de Roma. Serve-lhe ainda de modelo a obra de Tácito, representante do pragmatismo histórico na Antiguidade latina<sup>52</sup>.

Também Jean Bodin, na sua obra *Les six livres de la république* (cap. I do livro IV), alude ao tema das mutações, às *conuersiones rerumpublicarum* – expressão que figura na edição latina da obra – e, ao tentar uma formulação sistemática e jurídico-política da teoria de estado, apoia-se no direito romano e na reflexão crítica dos modelos da antiguidade greco-latina, dos pensadores Platão, Aristóteles, Xenofonte, Plutarco, Cícero e dos historiadores Políbio, Tito Lívio, Tácito<sup>53</sup>.

Curioso é notar que a obra do Florentino, apesar de criticada e condenada, vai influir – a par da de Jean Bodin<sup>54</sup> – na definição da “verdadeira razão de estado”,

séc. XVI, com referência particular ao pensamento de Maquiavel, vide Sasso 1980: 441 - 462.

<sup>51</sup> A Maquiavel se devem os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, cujo título mostra a sua preocupação pelo destino da sua cidade e a esperança de se igualar ao modelo clássico. Bem diversa de *Il principe* é esta obra, que se insere na linha da tradição humanista. A própria teoria da melhor forma de governo que nela apresenta (cap. II), de acordo com Políbio e Cícero, é a constituição mista, que vigorou na Roma republicana.

<sup>52</sup> Vide Develin 1978: 64-95.

<sup>53</sup> Vide, a este propósito, Mesnard 1977: 476-477.

<sup>54</sup> Foi o já designado “racionalismo maquiavélico de Bodin” um dos motivos de repúdio da obra do jurista francês entre os teorizadores hispânicos da Contra-Reforma. Apesar de tudo, Bodin conseguiu infiltrar-se na Península Ibérica, que dele recebeu, nesta época, o conceito de *soberania*. Vide, a este propósito, Albuquerque 1978: 77 e sqq. e 121 e sqq.

*ad maiorem Dei gloriam* dos doutrinadores jesuítas<sup>55</sup> e na afirmação do tacitismo — corrente, que se apoia no modelo pragmático da história de Tácito e conhece grande fortuna nos finais do século XVI e ao longo do século XVII. Em Portugal, todavia, se alguns reflexos se podem apontar — Fernando Alvia de Castro, no séc. XVII, recolhe os melhores aforismos políticos de Tácito — estes correspondem *latu modo*, ao Tácito cristianizado.

Se exceptuarmos certos particularismos, na história do pensamento europeu, a leitura paradigmática da história, de inspiração cristã, perdura desde o séc. XV aos finais do séc. XVI<sup>56</sup>. Num tão longo período do humanismo europeu, esta continuidade de sentido é interrompida, mas também enriquecida por certas interpretações individuais, como é o caso de Montaigne, que no seu estoicismo céptico, marcadamente influenciado por Epicteto e Séneca, recusa, na interpretação da história, qualquer modelo filosófico, religioso e ético, em nome da escrita da verdade individual, de que os *Éssais* são documento<sup>57</sup>. Apesar

---

<sup>55</sup> Foi grande a importância da obra de Giovanni Botero (1589), *Della ragion di stato*, que se torna um verdadeiro marco na definição da “verdadeira razão de estado” dos jesuítas e no desencadear do tacitismo.

<sup>56</sup> É este o modelo que se impõe à consideração de teorizadores como Jean Bodin (*Methodus ad facilem historiam cognitionem* de 1566), ou ainda, entre os espanhóis, Luís Vives e António Viperano. Vide J. Bodin (1951), *La méthode de l'histoire*, P. Mesnard ed., Paris. Vários são os trabalhos que se ocupam da história e metodologia historiográfica em Jean Bodin. Vide Bodin 1985.

<sup>57</sup> Vide Stierle 1972: 176-198.

disso, Montaigne confessa que em matéria de livros «L'Histoire, c'est plus mon gibier» (1. 26) , aludindo a D. Jerónimo Osório, «l'evesque Osorius le meilleur historien Latin de noz siecles» (1. 14).

Um aspecto importante que se prende com a grandeza da nossa factualidade histórica, no século de ouro europeu, que perdura hoje ainda na memória de outros povos, é a gesta dos Descobrimentos, que serviu de pórtico à Idade Moderna, e desempenhou um notável papel, no domínio da experiência e do conhecimento universais.

Exemplos expressivos são a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, os *Colóquios dos simples e drogas* de Garcia de Orta e as obras históricas, como as *Décadas* de Barros, «singularmente célebres pela geografia»<sup>58</sup>, ou a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* que, na tradução de Nicolas Grouchy, divulgou, na língua francesa, os termos exóticos do vocabulário oriental<sup>59</sup>. Também *Os Lusíadas* documentam, de forma eloquente, a utilização poética do conhecimento científico<sup>60</sup>.

Na historiografia do século XVI, as narrativas marítimas de países desconhecidos, de fenómenos naturais, de paragens de outras latitudes e climas, manifestam, de par com a presença do maravilhoso, a

---

<sup>58</sup> É este o modelo que se impõe à consideração de teorizadores como Jean Bodin (*Methodus ad facilem historiam cognitionem* de 1566), ou ainda, entre os espanhóis, Luís Vives e António Viperano. Vide J. Bodin (1951), *La méthode de l'histoire*, P. Mesnard ed., Paris. Vários são os trabalhos que se ocupam da história e metodologia historiográfica em Jean Bodin. Vide Bodin 1985.

<sup>59</sup> Vide Carvalho 1964: 9-36; Le Gentil 1973: 31-46.

<sup>60</sup> Vide Ribeiro 1980: 153-199.

importância que assume a experiência, a componente realista e empírica. São frequentes as marcas da enunciação ‘eu vi’, ‘eu ouvi’, que servem no discurso do narrador para dar maior credibilidade aos factos, que apontam para uma história contemporânea, baseada nos pressupostos teóricos de Tucídides. Além disso, a verdade factual, nutrida por estas marcas de enunciação é a cada passo confrontada com os relatos míticos de um Heródoto, com a *Cosmografia* de um Ptolomeu, a *Geografia* de um Estrabão, ou a ciência de um Pompónio Mela ou de uma *História Natural* de Plínio. As crónicas de João de Barros, de Castanheda, de Diogo do Couto, ou de forma mais evidente o *Roteiro de Lisboa a Goa* e o *Tratado de Esfera* de D. João de Castro, as obras de Garcia de Orta, de Duarte Pacheco Pereira, de Pedro Nunes, dão-nos a cada passo exemplos significativos<sup>61</sup>.

Poderemos concluir que, na época do Renascimento, a história, além de se afirmar como género literário, que se impõe pela arte da escrita, como *opus oratorium*, é disciplina formativa do carácter e repositório de paradigmas, é manancial de *exempla* que informam a tradição retórica, é ponto de referência da exaltação épica das glórias nacionais, é suporte de

---

<sup>61</sup> A título de exemplo, vide e.g. os passos das *Décadas* de Barros (D. II, l. I, cap. III; D. III, l. II, cap. I; D. III, l. IV, cap. I), onde as referências a Ptolomeu, Estrabão e aos antigos servem para identificar e localizar ilhas e certas regiões orientais, agora conhecidas. O mesmo acontece no *Roteiro de Lisboa a Goa* (1538), ed. de Fontoura da Costa, Lisboa, 1939, nos passos em que D. João de Castro faz a descrição das Ilhas Canárias (p. 14-16), ou das Ilhas de Cabo Verde (p. 23-25).

novos modelos ideológicos e de formulação política em termos modernos, é fundamento de novos horizontes culturais e científicos é, em suma, “hum espetador do entendimento”.

Conferência proferida na Faculdade de Letras/ UFRJ, no âmbito dos Cursos de Pós-graduação em Letras Clássicas, em que nos foi grato homenagear a figura do Mestre, que também o foi desta Universidade, o Prof. Doutor Américo da Costa Ramalho.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim de (1978), *Jean Bodin na Península Ibérica (ensaio de história das ideias políticas e de direito público)*. Paris.
- ASENSIO, Eugenio (1974), “La lengua compañera del Imperio” in *Estudios portugueses*. Paris: 1-16.
- ATKINSON, D. M. (1962), “O estilo narrativo de Fernão Lopes”, *Ocidente* 72: 255-230.
- BARON, Hans (1966), *Crisis of the early Italian Renaissance*. Princeton-New Jersey.
- BODIN, Jean (1985), *Actes do Colloque interdisciplinaire d'Angers – Jean Bodin*. Angers.
- BURKE, Peter (1987, 3ª ed.), *The italian Renaissance (Culture and Society in Italy)*. Cambridge.
- (1992), *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica* (trad. Port.) Lisboa.
- CARVALHO, J. G. Herculano de (1964), “O vocabulário exótico na *Histoire des Indes* (1553)”, in *Estudos Linguísticos*, I. Lisboa: 9-36.
- GEORGES LE GENTIL (1973), ‘Nicolas de Grouchy, traducteur de Castanheda’, *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal* 4: 31-46.
- COCHRANE, Eric (1981), *Historians and historiography in the Italian Renaissance*. Chicago.

- COUSIN, J. (1967), *Études sur Quintilien*, Amsterdam.
- DEVELIN, R. (1978), “Tacitus and techniques of insidious suggestion”, *Antichthon* 17: 64-95.
- FARAL, E. (1967), *Recherches sur les sources latines des contes romans courtois du Moyen-Âge*. Paris.
- GENETTE, G. (1979), *Discurso da narrativa*. Lisboa.
- GRAY, Vivienne (1987), “Mimesis in Greek historical theory”, *American journal of philology* 108: 467-486.
- HARTOG, François (1980), *Le Miroir d’Hérodote. Essai sur la représentation de l’autre*, Paris.
- KRISTELLER, P. O. (1979), *Renaissance thought and its sources*. New York.
- LE GENTIL, Georges (1973), “Nicolas de Grouchy, traducteur de Castanheda”, *Bulletin des Études Portugaises et de l’Institut Français au Portugal* 4: 31-46.
- LÓPEZ EIRE, Antonio (2008), “La influencia de la Retórica sobre la Historiografía desde el Helenismo a la Antigüedad Tardía”, *Falia dixit* 3: 1-32.
- MARTINS, Mário (1977), “Frases de orientação nos romances arturianos e em Fernão Lopes”. *Itinerarium*, ano XXIII, nº 95: 3-24.
- MATTOSO, José (1988), *A escrita da história. Teoria e métodos*. Lisboa.

- MESNARD, P. (1977), *L'essor de la philosophie politique au XVI<sup>e</sup> siècle*. Paris.
- MONFRIN, J. (1972), “La connaissance de l’Antiquité et le problème de l’humanisme en langue vulgaire dans la France du XV<sup>e</sup> siècle” in *The Late Middle Ages and the dawn of humanism outside Italy, Mediaevalia Lovaniensia, series I / studia I*, Leuven-The Hague, 152-154.
- NARDUCCI, Emanuele (2009), *Cicerone. La parola e la politica*. Bari
- NOLHAC, Pierre (1965), *Pétrarque et l’Humanisme*. Paris: vol. II, cap. VI “Pétrarque et les historiens romains”.
- RAMALHO, A. Costa (1985), *Latim Renascentista em Portugal – Antologia*. Coimbra.
- RIBEIRO, Orlando (1980), “Camões e a geografia”, *Finisterra* 15: 153-199.
- ROGERS, Francis M. (1958), *The obedience of a king of Portugal*, translated, with commentary. Minneapolis.
- SASSO, G. (1980), *Niccolò Machiavelli. Storia del suo pensiero politico*. Bologna.
- SOARES, Nair N. Castro (1994), *O Príncipe ideal no século XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*. Coimbra.
- (2003), “História Antiga e Humanismo: a História he hum espectador do entendimento”, *Calíope* 11: 9-32

- STIERLE, K. (1972), "L'Histoire comme Exemple, l'Exemple comme Histoire. Contribution à la pragmatique et à la poétique des textes narratifs", *Poétique* 10: 176-198.
- ULLMANN, Walter (1977), *Medieval foundations of Renaissance Humanism*. London, 1977: tr. it. (1980), *Radici del Rinascimento*. Roma-Bari.
- VILLEY, P. (1912), *Les sources d' idées. Textes choisis et commentés*. Paris.
- WEINBERG, Bernard ed. (1972), *Trattati di poetica e retorica del Cinquecento*, 3 vols. Bari.